



ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL: (novo) ENEM e o controle social no Brasil

Joana D’Arc Ferreira de Macedo¹

Elione Maria Nogueira Diógenes²

RESUMO

Nesse trabalho discutimos a perspectiva histórica do Brasil dos lampejos finais do século XX, as mudanças no contexto das políticas públicas de educação. Enfatizamos a inserção do país no recém-cenário de democratização política. Realizamos uma abordagem sobre as dimensões conceituais do neoliberalismo como doutrina econômica norteadora da reforma do Estado brasileiro. A partir dessas informações é possível compreender as concepções e abordagens da interseção que há entre a política educacional e a política social e como o Estado exerce o controle social sobre a sociedade. Também esclarecemos como a sociedade entende essas políticas públicas regulatórias através do discurso do governo, o modo como elas são apreendidas por essa mesma coletividade e como esses programas públicos agem nesse contexto social para o controle dos processos políticos, econômicos, educacionais e sociais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Políticas Públicas. Enem – 2009.

RESUMEN

En ese trabajo discutimos la perspectiva histórica de Brasil al final del siglo XX, los cambios en el contexto de las políticas públicas de educación. Enfatizamos la inserción del país en el reciente escenario de democratización política. Realizamos un abordaje sobre las dimensiones conceptuales del neoliberalismo como doctrina económica orientadora de la reforma del estado brasileño. A partir de esas informaciones es posible comprender las concepciones y abordajes de la intersección que hay entre la política educacional y la política social y como el Estado ejerce el control social sobre la sociedad. También esclarecemos como la sociedad entiende esas políticas públicas regulatorias a través del discurso del gobierno, el modo como ellas son aprehendidas por esa misma colectividad y como esos programas públicos actúan en ese contexto social para el control de los procesos políticos, económicos, educacionales y sociales.

Palabras-clave: Neoliberalismo. Políticas Públicas. Enem – 2009.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). macedojoana@hotmail.com

² Doutora. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. elionend@uol.com.br



1. A FORMAÇÃO (NEO) LIBERAL

O jornalista baiano Sebastião Augusto de Sousa Nery³, em seu *site* (coluna política), escreveu o artigo “Depois do Muro”, em que afirma:

A “globalização”, esse novo Império Romano comandado pelos Estados Unidos, todo mundo já sabe o que é: um novo sistema financeiro internacional, dirigido pelos banqueiros, a serviço da especulação e dos lucros brutais. Resta saber o preço a ser pago por cada país.

Nesse sentido, precisamos entender o real significado do que se passou a chamar de “globalização”, relacionando-a com os dois mais importantes acontecimentos históricos do século XX: o fim da “Cortina de Ferro” e a queda do “Muro de Berlim”. O primeiro se refere à expressão utilizada para designar o domínio autoritário da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus estados secundários após a Segunda Guerra Mundial sobre os países do leste europeu. O segundo alude ao período da construção de um obstáculo físico construído pela República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) para estabelecer a separação da República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) no período da Guerra Fria⁴.

No contexto da derrocada dos regimes socialistas ocorre o fortalecimento do neoliberalismo. Analisando tal conjuntura histórica, Nery (op. cit.) coloca:

O grande muro que derrotou os partidos comunistas na Europa depois da guerra foi a política social: Previdência, saúde pública, educação gratuita para todos, seguro-desemprego, auxílios e subvenções sociais de vários tipos, aposentadoria integral, pensões sem desconto. Os governos, os lucros capitalistas, para não perderem os dedos, entregaram os anéis de uma política social avançada (que até então só se conhecia na Suécia e na Noruega), por meio de partidos social-democratas e socialistas, mas em governos capitalistas. E foi assim que o comunismo, que havia comovido o mundo ganhando as batalhas de Leningrado e Stalingrado, mas também liderando os “maquis” da França, os “partigiani” da Itália, as heróicas resistências da Espanha, Portugal, Grécia, perdeu a guerra do poder político.

³ Nascido em Jaguaquara, Bahia, em 08 de março de 1932. Atualmente escreve uma coluna diária publicada em jornais de 20 estados; programa de TV na “Rede Minas”, conferencista e escritor. Disponível em: <<http://www.sebastiaonery.com.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

⁴ Conflitos indiretos entre os países Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que lutavam por suas independências e preservações político-sócio-econômico-tecnológicas no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial até o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.



Este período é marcado por uma “agitação silenciosa” entre Oriente e Ocidente. O medo de uma guerra nuclear entre a antiga União Soviética e os Estados Unidos representava o pano de fundo de muitos debates políticos, econômicos. Para entender o fato citado acima, cabe voltar até a Segunda Guerra Mundial. O fim desse conflito dividiu (ideologicamente) o mundo em dois grandes blocos: o capitalista e o socialista. A Alemanha Oriental e a Ocidental, a Coreia do Norte e a do Sul, a guerra do Vietnã contra os Estados Unidos, do Afeganistão contra a União Soviética destacam o panorama mundial que fomentava as guerras pelo poder, pelo controle militar e comercial. A ditadura (regimes totalitários) na América Latina, fomentada pelo medo do socialismo real, que poderia destruir a segurança social, moral, política e cultural da burguesia brasileira, assim como dos “donos do poder”.

Quando o muro de Berlim desmorona, há uma “louvação” da mídia capitalista, massificadora e instrumental colocando o “fracasso” do socialismo como a possibilidade de transformação social. As pessoas não eram contra o regime em si, mas se opunham à ausência de liberdade, ao totalitarismo, à ideologia da religião como algo que traz alienação ou é o “ópio do povo”, à dificuldade de perspectivas sociais e culturais, à estagnação econômica e social.

Nesse cenário, o capitalismo segue expandindo-se para o bloco comunista. O fenômeno da globalização impõe um modelo de vida baseado no consumo e no imperialismo norte-americano, que pretende impor seus modelos de vida, cultura e economia a todos, seja através do cinema, da propaganda, da música ou mesmo através dos padrões de sociedade transmitidos ao mundo por seu governo. Tais mudanças são legitimadas pela difusão midiática.

Quando o Brasil adentra as últimas décadas do século XX, o mundo, em dado sentido, se fazia (neo) liberal. Entretanto, o “novo” liberalismo não é, em si, “novo”: determinados termos, em momentos específicos sócio-históricos e dependendo de quem os atribui e por quem são recebidos, podem causar impactos distintos. No caso em particular do termo “novo” agregado à outra nomenclatura já existente, assinala uma alteração de sentido; nesse caso, se move com o inconsciente do ser, cria-se uma expectativa de preenchimento para as suas abstrações, ou seja, as condições de produção do discurso é que irão estabelecer seu sentido real.



Com todas essas contradições político-sócio-econômicas, os indivíduos buscavam a liberdade de ação e o fim da intervenção do Estado na economia. Estes direcionamentos foram reconhecidos por Adam Smith (1723-1790) como o princípio da “mão invisível”, ou seja, a sociedade seria de certo modo independente para atuar na economia sem nenhum órgão regulador. A “mão invisível”, expressão criada por Smith, que servia como reguladora da economia de mercado, agiria como uma espécie de “entidade” abstrata que os componentes de grupos monopolistas a usavam como guia para atuar no mercado econômico junto a um Estado intervencionista. Neste sentido, os homens são guiados pela “mão invisível”. Contudo, se a sociedade é formada por seres totalmente heterogêneos, não há como encontrar interesses comuns; enfim, é preciso certa uniformização. Parte dessa constatação é o início de uma crise que já se organizava desde a invenção da “mão invisível”. É, pois, relevante enfatizar que o liberalismo tem, de fato, sua ascensão a partir da metade do século XIX.

Chegamos ao século XX com novas formas de relações sociais, determinadas pelas novas estruturas de divisão do trabalho. A saída encontrada para essa crise configurou-se na intervenção político-econômica do Estado. Ele se ausenta do papel de “mediador de conflitos” e passa a atuar na condição de executor. Teixeira (1998, p. 212) esclarece que a partir daí surge “[...] um novo sistema de produção: o ‘modo social-democrático de produção’[...]”. Esse modelo de produção estabelece como período áureo aquele compreendido a partir da Segunda Guerra Mundial até meados da década de setenta. O referido modelo (TEIXEIRA, 1998) foi utilizado pelo professor Francisco de Oliveira⁵ para expressar a teoria da regulação⁶ como instrumento que desregula a economia em retorno ao modelo (neo) liberal.

Dessa maneira, o filósofo francês Louis August Paul Rougier (1889-1982), em agosto de 1938, organizou em Paris um encontro, denominado *Colloque Walter Lippmann* – o nome do encontro foi em homenagem ao jornalista americano que também integrava a reunião –, com vários intelectuais para ressuscitar o liberalismo clássico. A partir daí os referidos intelectuais propõem a recriação do liberalismo. Surge, então, pela primeira vez o termo (*neo*) *liberal* através do sociólogo e economista alemão Alexander Rüstow (1885-

⁵ Professor titular da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6590387040032117>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

⁶ Teoria econômica que defende a minimização dos aspectos coletivos e sociais da economia e rechaça a perspectiva histórica assim como a possibilidade das transformações estruturais. Em outras palavras: a ideia é justificar a supremacia da economia em detrimento da justiça social.



1963). Ventilou-se ainda a necessidade de se criar uma organização política para defender as “novas” ideias, mas, devido às consequências da segunda grande guerra, essa ideia não se concretizou de imediato. Procedente da Escola Austríaca, surge o deliberador da base filosófica e econômica do neoliberalismo, o economista austríaco Friedrich August Von Hayek (1899-1992).

A essência da teoria (neo) liberal está na reconfirmação de que o mercado é a forma exclusiva de obter a liberdade política, pois, segundo seus teóricos, todos os indivíduos nascem com determinadas ausências que os acompanhará até a morte. No decorrer da vida desse indivíduo, ele buscará alguma forma particularizada de satisfação e, ao contentar a si, estará de certo modo contentando a sociedade através de um acordo político, ou seja, essa satisfação só será completa pela intervenção do mercado. Dessa forma, cada indivíduo é o próprio responsável pelo cumprimento de sua satisfação, daí a ideia de intervenção mínima do Estado na vida de cada indivíduo, pois este deve ser o executor da sua própria realização pessoal. Podemos entender que o mercado aloca os recursos da economia. Para que esse processo seja bem-sucedido, o Estado deve intervir o mínimo possível, ou seja, apenas atuar como gerente, zelar pelos direitos da propriedade privada e, desse modo, esparzir a ideia de defesa dos direitos da economia privada. Porém, o Estado não é suficiente em seu papel de gestor.

Oliveira (1998, p.238) analisa que em tal teoria “Cada indivíduo se serve do outro para satisfazer a si próprio”. Esta afirmativa se reporta ao princípio da equivalência e alega que a sociedade se fundamenta na relação de troca de mercadorias. São as trocas das mercadorias que fazem fluir essa sociabilidade entre os indivíduos.

Os valores atribuídos às mercadorias irão delimitar suas relações de respeito mútuo. Os indivíduos se envolvem nessa relação e, com isso, pela moderação de seus ímpetos e pela noção da legalidade, não irão tomar do outro o que não lhes pertence – se assim o fizerem, estarão infringindo tal legalidade e consentindo espaço para que o próximo o faça da mesma forma. Essa noção da legalidade é representada pela liberdade. Deste modo, as diversidades sociais de cada indivíduo serão entendidas como diversidades quantitativas. As relações mercantis consistem no “cume da libertação” da humanidade.

De retorno ao pensamento de Oliveira (1998, p.241) temos que:

[...] a liberdade é produto de um mecanismo inconsciente, de um automatismo que libera o homem da deliberação a respeito das razões legitimadoras de seu agir e sobretudo do engajamento pessoal a partir de



razões. [...] no pensamento da economia neoclássica é o automatismo infalível que garante a liberdade, fazendo da ética algo inútil.

Para que haja uma relação ética, devem existir elementos para a solução dos dilemas mais comuns do indivíduo, devem existir discernimento e opção de escolha por parte desse indivíduo. Nesse sistema político-econômico o “ser” se observa impossibilitado de tais ações devido ao pouco tempo livre de que dispõe para se dedicar a sua vida, para refletir sobre seus atos, pois sempre está sobrecarregado de ocupações laborais, sendo explorado pelo capitalista, vendendo sua força de trabalho por um valor monetário que muitas vezes não corresponde a suas expectativas. Em nosso entendimento, nesse contexto se adverte que a liberdade não existe, ela se encontra velada por argumentos inconsistentes tanto quanto o é a ciência econômica burguesa, que busca metodologias e exime conceitos sobre problemas éticos.

Em resumo, a doutrina (neo) liberal não oferece à sociedade condição para uma reflexão do real, mas apenas as ditas “vantagens e gozos” que essa comunidade irá usufruir, velando, através desse mecanismo, as frustrações dessa coletividade.

Concluindo, o neoliberalismo é uma doutrina que traz em sua elaboração um conjunto de ideias políticas e econômicas a favor dos grandes capitalistas e que retira do Estado o seu poder governamental direto sobre a sociedade, tornando o Estado gerenciador das crises que ele próprio atravessa.

2. ESTADO, POLÍTICA SOCIAL E POLÍTICA EDUCACIONAL

Para o melhor entendimento das políticas públicas voltadas à educação e o seu entrelaçamento com a política social, faz-se necessário imergir no campo das abordagens sobre Estado, política, relações entre o público e o privado. Esclarecemos que há uma diferença entre políticas públicas e políticas sociais, mas não uma dicotomia. As que pertencem ao segundo grupo são as da educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, assistência social e segurança. De outro lado, as políticas públicas são consideradas como a totalidade da ação do Estado no campo societal. Toda política social é uma política pública de Estado, mas nem toda política pública é uma política social. Portanto, há uma relação direta entre a ação do Estado e o estabelecimento de políticas públicas de corte social (DIÓGENES, 2011).



Em tal caso, importa entender o papel do Estado para realizar as análises procedentes envolvendo este e as políticas de corte educacional. A teoria marxiana do Estado tem como fundamento o fato de que o mesmo não se desenvolveu apartado das relações de produção. Em verdade, o sociometabolismo do capital é mantido pela dupla *trabalho e Estado*, que são entre si contraditórios (ANTUNES, 2009). Por sua vez, tais contradições dificilmente serão rompidas no cenário atual. Neste sentido, há certa valorização da estrutura material representada pelo capital e seus antagonismos com os interesses do trabalho mediados pelos agentes personificados do Estado. Daí que existe uma contradição inerente na relação capital x trabalho. A partir das considerações marxianas, esse processo se explica pelo avanço do enredamento do modo de produção, e, dessa forma, a intervenção do Estado se torna simples segurança formal do funcionamento da afluência mercantil.

Todo esse processo gera uma crise no Estado denominada de “crise de legitimação”, também é conhecida como “crise fiscal do Estado”. Desse modo, o Estado se vê incapacitado em seu comando político, desarticulado para lidar com as situações conflitantes que o capital exige e também impossibilitado de gerir a força de trabalho explorada pelo sistema. A crise social está consolidada a partir da engrenagem entre os interesses do capital e da inabilidade do Estado para lidar com essas situações antagônicas. O objetivo aparente da política é resolver os problemas gerais da sociedade, porém só consegue resolver alguns problemas pontuais.

A dicotomia existente entre o público e o privado se inicia pela expansão do capitalismo e da divisão do trabalho. Há uma intencionalidade de fazer com que a sociedade acredite nessa conceituação dicotômica entre o público e o privado. A partir do Estado moderno, tal divisão foi acentuada e transmitiu-se à sociedade a ideia de que o conceito de *privado* está ligado ao mercado (econômico) e o conceito de *público*, ao estatal. Por conseguinte, “[...] as esferas do público e do privado, no capitalismo, correspondem a uma unidade contraditória de interesses sociais antagônicos” (MINTO, 2005, p. 42).

Aciole (2006, p. 44) afirma que, quando muito, caberia ao Estado “[...] regulamentar o mercado, mas não a ponto de impedir que este viceje e consolide”. O mesmo autor ainda assegura que, apesar de o termo “público” estar ligado à coletividade, não se deve ter tal pensamento de dissociação entre público e privado, pois, desse modo, estaríamos corroborando o pensamento liberal. A compreensão de ambos os termos, *público* e *privado*, é imprescindível. Não há como entender um sem entender o outro. Observa-se, então, o



paradoxo entre os dois termos: um ligado ao mercado (econômico) e outro, ao estatal (política).

Os debates dos programas de renda mínima que foram priorizados no contexto político de vários países, a partir das décadas de 1980 a 1990, e como esses programas favoreceram o controle dos processos políticos, econômicos, educacionais e sociais. A organização sobre as redefinições do Estado de Bem-Estar Social e as suas políticas de caráter universalizante que partem dos chamados países centrais, aqueles que detêm o comando das organizações capitalistas, surgiram com mais intensidade após o aparecimento da chamada nova pobreza⁷.

Com essa estrutura gera-se a precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego e a regulação da pobreza, que se encontra inserida e representada nos programas compensatórios de renda mínima para os mais carentes economicamente. Tais programas também contemplam investimento mínimo em educação e saúde. Pela via dessa sistemática, percebe-se que se trata de um processo para regulamentação da sociedade nos padrões apropriados aos interesses do capital.

Os programas sociais de subsídio de renda no Brasil são dirigidos às populações extremamente pobres ou miseráveis e, ao mesmo tempo, acoplados às políticas de saúde e educação. Ferreira (2009, p. 256-257) assegura que:

Uma análise geral dos programas e projetos implantados no período nos revela a preocupação do governo em diminuir o chamado “custo Brasil”, privatizando empresas estatais e regulando os serviços sociais de forma que passaram a focalizar uma parte da população “em risco social” e, no caso da educação o critério foi o cumprimento da formação básica para a população de 7 a 14 anos (entendida como domínio da leitura, escrita e primeiros números) como necessidade para uma colocação no mercado de trabalho.

Esse processo de associação entre a carência financeira (da maior parte da população) à oferta de serviços educacionais é relevante, pois fica nítido o interesse dos órgãos internacionais que defendem os interesses do capital com a promoção de programas que aumentem o capital cultural da população por meio do ensino oficial. Assim, a regra geral dos organismos internacionais configurou-se em articular e programar a educação nos países periféricos, principalmente aquela que é voltada à formação do trabalhador.

⁷ Oliveira & Duarte (2005).



Por meio dessa estratégia é indicado, pois, uma intencionalidade no que diz respeito ao controle social dessa população, formando indivíduos reprodutores da ideologia dominante, acríticos e apenas voltados para o mercado de trabalho. Desse modo, é alterado o veio filosófico da educação: a educação emancipatória é rechaçada em prol de um certificado para a comprovação da escolaridade exigida pelo sistema. Com isto, o sistema escolar na fase (neo) liberal está contribuindo para a formação de indivíduos acríticos e alienados.

No Brasil a política social é submetida à política econômica, que contribui no sentido da manutenção da pobreza. Tal situação permanece por meio da adoção de medidas paliativas, através de programas assistenciais de caráter focalizatório (e compensatório), que silenciam e camuflam a realidade social.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, o papel histórico do Estado como provedor das políticas sociais passou a ser de indutor e de articulador. Priorizou programas assistencialistas, com distribuição de bolsas que apenas entretém e prolonga um desejo ou uma esperança no sujeito de saída de sua situação de precariedade, procura despertar nos beneficiados um sentimento de gratidão, mantendo-o como reféns da mísera quantia mensal e das urnas, em vez de propiciar os meios para um crescimento social. Essas táticas são muito mais vantajosas para a classe empresarial e o governo, pois, se fosse oferecida oportunidade de emprego formal, a classe dominante e o Estado – como empregador – seriam onerados com as obrigações sociais.

Draibe (1997) apud Oliveira e Duarte (2005) intitularam de “Receituário das mudanças na área social” uma ideia clara e categórica que expõe um diagnóstico das reformas das políticas sociais e dos programas sociais em sete países da América Latina, elucidando o que é necessário para que essa transformação ocorra: a) ajustes fiscais que facilitariam os ajustes macroeconômicos e que trariam o empobrecimento da população, recessão sobre o emprego, renda e redução dos serviços sociais; b) pobres e vulneráveis são alvos estratégicos da reforma social; e c) programas de caráter produtivo, investimento em capital humano.

Buscamos, entre tantos exemplos, um que acreditamos contribuir para o esclarecimento do processo de ação do “Receituário das mudanças na área social”, baseado no programa “Toda criança na Escola”, resultante do projeto elaborado pelo deputado federal Nelson Marchezan, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) do



Rio Grande do Sul, em dezembro de 1996, aprovado pelo presidente da república Fernando Henrique Cardoso em 1997 – Lei nº 9.533/97. Para participar desse círculo restrito era suficiente que a família percebesse renda *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo.

Ocorreram aparentes tentativas de avanço no setor educacional e também frustrações vivenciadas por esse setor. O Partido dos Trabalhadores (PT) propôs esse aparente avanço como proposta política eleitoral. Mas as promessas de campanha não foram cumpridas, dando-se continuidade às políticas do governo antecessor. Verificam-se, pois, os estratagemas elaborados para que se consiga firmar a regulação da pobreza. A população carente passa a depender dessa ajuda financeira por meio do ciclo estratégico para a ampliação e manutenção de programas que funcionam como mecanismos de manutenção do sistema capitalista. Observamos uma apatia política no sentido de encontrar soluções eficazes para determinados problemas sociais, enquanto os gestores estatais dedicam-se a elaborar políticas e programas sociais efêmeros e seletivos. Nega-se o poder emancipatório das políticas públicas.

É importante observar que os homens, como seres sociais, desenvolvem suas atividades conforme as configurações históricas, que são a um só tempo educacionais e culturais. Mas são esses mesmos seres que formam a estrutura social e o Estado, em determinadas condições de produção. Marx (2010, p. 21) afirma que “o Estado encontra a sua razão última de ser, a sua essência, na sociedade civil e expressa essa razão de ser. E que, nesse sentido, nenhuma inversão é possível”. Não é a consciência que determina a vida em sociedade, porém a vida é que determina a consciência, daí a linguagem perpassa a consciência, e o grau de consciência corresponde ao desenvolvimento social de uma dada civilização.

Em Marx (1993) o processo de emancipação restitui ao mundo humano a igualdade do ser livre de opressão nas relações humanas e ao próprio homem restitui sua autonomia. Ainda encontramos em Marx que “A essência humana é a verdadeira comunidade humana” (op. cit., p.27-28). Ou seja, com a alteração da raiz da sociedade civil.

Portanto, não há como entender a realidade socioeducacional brasileira sem o devido entendimento da relação entre política social e educação, como forma de (re) produzir as condições do mercado de trabalho nas artes, cultura, economia, política, enfim todas as manifestações sociais dependentes intrinsecamente e ontologicamente do conhecimento.



O que presenciamos, pois, é uma inversão de sentido. O discurso (neo) liberal apropria-se do termo “reforma” exatamente para conseguir o efeito de sentido do discurso de esquerda, procurando difundir a ilusão de que persegue os mesmos ideais. No entanto, as condições em que o discurso é produzido é que apontam que o sentido pode ser e é outro, numa manobra para efetivar sua posição e, assim, confundir e homogeneizar sentidos antagônicos.

Krawczyk e Vieira (2008) colocam a necessidade da implantação das “reformas” educacionais, no momento em que se instala a iminência de crise do capital (interior ou exterior), afetando o sistema educacional. Na busca de um Estado mínimo, com menos responsabilidades, os recursos para a Educação são reduzidos, deixando esta pasta prejudicada, por não constituir prioridade. São “reformas” que vêm envolvidas por uma capa de uma educação cidadã, mas que vão à direção contrária de uma visão progressista, que pensa o aluno como sujeito de suas ações, produtor da sociedade, capaz de realizar escolhas, a partir da realidade da qual faz parte, em busca de empreender as necessárias mudanças, em prol de uma igualdade social, em que seus direitos sejam respeitados.

Para corroborar o que foi dito no parágrafo anterior, leia-se a citação de Krawczyk e Vieira (op. cit.) sobre a reforma educacional: “[...] consequência da fetichização da necessidade do conhecimento instrumental [...]”. Tem-se, pois que tal reforma é: “[...] apresentada à sociedade como estratégia necessária para racionalizar os investimentos e a gestão pública, e não como a finalidade última do projeto de desenvolvimento neoliberal” (KRAWCZYK e VIEIRA, 2008, p. 16).

O que podemos constatar é que a própria sociedade não tem uma definição clara do que é política social, que se apresenta à população de um modo não esclarecedor: um discurso camuflado de uma visão progressista, mas contraditório para tal acepção, pelo fato de que se fica apenas no discurso, com ações que vão estabelecendo uma direção inteiramente inversa.

Desse modo, “educação pobre para o pobre” é a melhor forma de evitar que o discurso (neo) liberal seja compreendido em sua essência. A coletividade absorve tais políticas, devido aos modelos culturais e estruturais passados à sociedade e que nela se impregnam. Faleiros (1991, p.14) afirma que “A ideologia da colaboração está ligada à proteção social”.



3. (NOVO) ENEM: FORMULAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E DISCURSO

A terceira LDBEN originou-se a partir das reformas da educação brasileira ocorridas durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Por sua vez, a criação da primeira versão do ENEM encontra-se no contexto da Reforma do Ensino Médio, prevista nessa mesma Lei. De acordo com Diógenes (2010, p. 21):

As políticas de educação elaboradas e implantadas nesse contexto são funcionais a essa nova ordem, dentre elas a Reforma do Ensino Médio (REM). Nesta nova configuração educacional é conteúdo básico desta tese a dinâmica reformista “Novo Ensino Médio: Educação Agora é para a Vida”, política social – de corte educacional – constituída na conjuntura histórica da Reforma do Estado brasileiro no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para entendimento de sua elaboração assim como do marco legal, explicamos as alterações que ocorreram, desde a origem do ENEM às mudanças para o (novo) ENEM. A presidente⁸ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no exercício de suas atribuições, instituiu o (novo) ENEM⁹.

Esse exame nacional foi (e tem sido) utilizado como avaliação para o acesso ao ensino superior em universidades brasileiras e como ferramenta para avaliar o ensino médio no país. Segundo o MEC, tem como objetivo o auxílio na elaboração de políticas pontuais e estruturais de melhoria da educação brasileira, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da educação básica, promovendo alterações neste nível de ensino, por meio da indicação e do cruzamento de dados e pesquisas com base nos resultados encontrados.

O exame realizado no período de 1998 a 2008 era anual, sempre com data específica anunciada previamente pelo MEC. O mesmo exame, tanto no período inicial – 1998 a 2008 – como a partir de 2009, é também de interesse para as pessoas que desejam auferir pontos para o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Por meio dos resultados, o MEC utiliza o ENEM como critério para a distribuição de bolsas de ensino, parcial ou total, em instituições privadas de ensino superior.

⁸ Maria Helena Guimarães de Castro ficou à frente do INEP no período de 1995 a 2002.

⁹ Conferir com o estabelecido no inciso VI, do Art. 16, do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto na Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998, que instituiu o ENEM, alterada pela Portaria MEC nº 318, de 22 de fevereiro de 2001, e, ainda, tendo em vista o disposto na Portaria MEC nº 391, de 07 de fevereiro de 2002, e Portaria MEC nº 391, de 07 de fevereiro de 2002, com todas estas modificações e alterada pela Portaria MEC nº 462, de 27 de maio de 2009.



A partir de 2009, o ministro da educação Fernando Haddad apresentou a proposta para unificar o vestibular das universidades federais com o modelo de prova intitulado (novo) ENEM. O argumento do MEC para a unificação do vestibular baseou-se na questão da locomoção dos estudantes, possibilitando ao candidato a escolha do lugar onde gostaria de estudar. Além disso, o MEC afiançou que este modelo de exame unificado, desenvolvido com base em habilidades e competências dos estudantes, traria a possibilidade de consolidar no currículo escolar conteúdos mais relevantes, também seria importante para definir a política educacional, o conteúdo a ser ministrado no ensino médio, bem como, a autoavaliação desse nível.

O (novo) ENEM 2009 é estruturado a partir de quatro competências definidas como modalidades estruturais da inteligência, ações e operações, que são utilizadas para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer, e de vinte e uma habilidades definidas como decorrentes das competências adquiridas, que se referem ao plano imediato do “saber fazer”, articulando-se por meio das ações e operações.

A avaliação tem autonomia para certificar a conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), antigo supletivo, substituindo o Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos (Encceja) para pessoas maiores de 18 anos. Dá acesso ao ensino superior nas universidades brasileiras que aderiram ao novo ENEM como forma parcial ou total de seleção. Cada universidade¹⁰ também pode aquiescer ao Sistema de Seleção Unificado (SISU).

Salientamos que as primeiras mudanças que ocorreram a partir da LDB 9394/96 vieram efetivar um processo formativo inspirado em modelos pensados pelos intelectuais transnacionais e nacionais, como novo projeto de sociedade que visa construir um saber técnico voltado para a formação de profissionais qualificados para a construção capitalista e mercadológica (DIÓGENES, 2010; LEITÃO, 2010). Isto corrobora as intenções de órgãos internacionais que desejam sancionar a cultura globalizada e capitalista.

O MEC asseverou, na redação do documento do (novo) ENEM, que esse instrumento de seleção vai mudar a forma de transmitir e avaliar o conhecimento nas instituições de ensino e que essas transformações começam na alfabetização. Em tal

¹⁰ Criado pelo MEC em 2009 no sentido de promover a seleção unificada dos candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior com base na nota do ENEM.



direção, é de se atentar para o fato de que o (novo) ENEM pretende criar uma (nova) educação que está sendo construída nas escolas brasileiras e para a qual os professores também terão que se atualizar.

Diante dessas afirmações, surge o seguinte questionamento: a partir de que visão de sociedade o contexto geral do (novo) ENEM, nos seus sete objetivos, vislumbra uma avaliação, capacitação e certificação dos diversos níveis educacionais? Indagamos se este documento proporciona uma visão de educação emancipadora¹¹ ou um diagnóstico de um conhecimento operativo.

Orlandi (2003) estabelece que a linguagem é o lugar em que a ideologia se manifesta. A linguagem instaura a realidade, animando as coisas inertes, fazendo ver o que ainda não é, e trazendo de volta o que desapareceu. Linguagem, portanto, é discurso: articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. É produção humana, social. Segundo Pêcheux (1997, p. 15): “a região do materialismo histórico que interessa ao estudo do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo de sua produção dominante na formação social considerada”. Assim, para o referido autor, o local da ideologia deve ser assinalado por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica. O discurso é, assim, o observatório da relação língua/ideologia.

É na história, na produção de acontecimentos que os sentidos e os sujeitos se constituem, segundo um imaginário que os afeta em suas posições políticas. Daí se observa que a ideia central em toda averiguação discursiva é a de salientar as formas como os sentidos se constroem, regulam e controlam o conhecimento, as relações sociais e as instituições, e examinar as formas como as pessoas utilizam ativamente a linguagem na construção do significado da vida cotidiana, revelando como o enunciador conduz suas crenças e os valores com os quais se identifica. Quando pronunciamos um discurso, agimos sobre o mundo, marcamos uma posição – ora selecionando sentidos, ora excluindo-os no processo interlocutório. Na ótica da Análise do Discurso, a linguagem não é um simples instrumento de comunicação ou de transmissão de informação. Ela é mais do que isso, pois também serve para não comunicar. A linguagem é o lugar de conflitos e confrontos, pois ela só pode ser apanhada no processo de interação social. Não há nela um repouso confortável do sentido estabilizado.

¹¹ Conforme o pensamento de Marx (1993) que coloca a emancipação como condição primeira das relações sociais e da liberdade humana.



Assim, é nesta perspectiva que adentramos este campo sutil. Não nos cabe aqui fazer julgamento, entretanto não é possível imergir no discurso sem uma profunda e radical compreensão da realidade no que diz respeito à formação social, econômica, política e cultural desta mesma realidade. Estamos lidando com uma tarefa investigativa que nos coloca o discurso, a linguagem e a prática como construções de mediação do real.

REFERÊNCIAS

ACIOLE, G. C. **A saúde no Brasil: Cartografia do público e do Privado**. São Paulo, Hucitec, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Porta da Verdade**. Disponível no site: <http://pensador.uol.com.br/frase/MzlwNTQ4/>. Acessado em 16/04/2012.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2009.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; PRADO, Edna Cristina do. **Avaliação de Políticas Públicas: interface entre educação & gestão escolar**. Maceió, EDUFAL, 2011.

DRAIBE, S.A. **A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reformas?** In: DINIZ, E. AZEVEDO S. *Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. Brasília, Universidade de Brasília, 1997.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Verdade**. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/MzlwNTQ4/>. Acesso em: 16 abr. 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo, Editora Brasiliense, 5ª edição, 1991.

FERREIRA, Eliza B. & OLIVEIRA, Dalila A. (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lucia. **A reforma educacional na América Latina: uma perspectiva histórico-sociológica**. São Paulo, Xamã, 2008.

LEITÃO, Elione Maria Nogueira Diógenes. **Uma Avaliação Política e do processo de Implementação da Reforma do ensino Médio no Ceará**. São Luís, 2010. Tese de Doutorado.

_____. Elione Maria Nogueira Diógenes. **Política educacional do Ceará em questão: avaliação das formas discursivas**. Campinas, Arte Escrita, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich.. **A Questão Judaica**. In.: **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo: "O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano"**. São Paulo, Expressão Popular, 1ª edição, 2010.



MINTO, L. W. **O Público e o Privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, 2005.

NERY, Sebastião Augusto de Sousa. **Depois do Muro.** Disponível em: <<http://sebastiaonery.com.br/colunas/>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade & DUARTE, Adriana. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza.** Revista Perspectiva. Florianópolis, vol. 23, nº 02, p. 279-301, jul/dez 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 5ª edição, 2003.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** 1.ed. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** 2.ed. São Paulo, Cortez, 1998.